



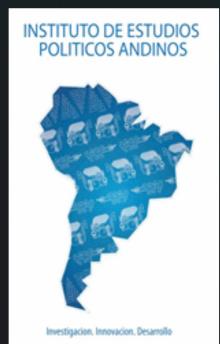
Actualidad BRICS

Boletín de Relaciones Internacionales

Boletín n° 1 - Noviembre 2016



INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
IPPRI / UNESP



Investigación, Innovación, Desarrollo

Contenido

Brasil



- O Brasil e o Mercosul: vacância da presidência e interesses divididos - Arthur Murta y Daniel Coronato **07**



Rusia

- Energia como instrumento de política externa russa: A crescente cooperação com os vizinhos os BRICS - Bruna Bosi Moreira **10**

India

- Os desafios do novo governo indiano na atual agenda de saúde global - Tainá Dias Vicente y Maira Fedatto **13**





China

China in the ocean global governance: The case of the South China Sea - Aline Chianca Dantas 18

Sudafrica

Has Dlamini-Zuma´s tenure in African Union Commission contributed to South African regional leadership? – Natalia Fingermann y Francesca Mercurio 22



Cronología

Brasil	29
India	31
China	33
Sudafrica	35

INSTITUTO DE ESTUDIOS POLÍTICOS ANDINOS

*www.iepa.org.pe
contacto@iepa.org.pe*

NÚCLEO DE ESTUDIOS Y ANÁLISIS INTERNACIONALES

*www.neai-unesp.org
neai@iprri.unesp.br*

COORDINADOR IEPA
Anthony Medina Rivas Plata

COORDINADOR NEAI
Marco Aurélio Nogueira

COORDINADOR PROYECTO IEPA-NEAI
Arthur Murta

EDICIÓN

José Manuel Mejía Villena

DISEÑO

Roberth Orihuela Quequezana

INVESTIGADORES

*Arthur Murta
Daniel Coronato
Bruna Bosi Moreira
André Mendes Pini
Tainá Dias Vicente
Maira Fedatto
Aline Chianca Dantas
Francesca Mercurio
Natalia Fingermann*

Noviembre -2016

ISSN:2519-7355

Introducción

Presentamos aqui el segundo numero de nuestro boletin 'Actualidad Internacional: Paises BRICS' con interesantes reflexiones de nuestros investigadores en torno a las dinamicas regionales que componen dicho bloque.

El articulo presentado por Arthur Murta y Daniel Rei Coronato analiza los cambios dentro de la dinamica de eleccion de la presidencia pro-tempore del MERCOSUR, en donde los recientes cambios politicos ocurridos en Argentina y Brasil (Macri / Temer) han tenido un importante impacto en sus relaciones con Venezuela, colocandose en posiciones antagonicas a causa de sus (nuevas) diferencias ideologicas internas.

Bruna Bosi Moreira analiza los cambios en la estrategia de diversificacion energetica de Rusia a causa de las sanciones economicas que viene recibiendo debido a su participacion en la crisis en Ucrania del Este. En los ultimos anios, el creciente acercamiento entre Rusia con China y la India le ha permitido paliar en parte las sanciones a causa de su necesidad por seguir exportando hidrocarburos. El analisis aqui presentado reflexiona sobre posibles escenarios de cooperacion en esa linea.

Taina Diaz y Maira Fedatto analizan la posicion del nuevo gobierno indio de Narendra Modi en torno a sus relaciones con la Organizacion Mundial de la Salud, frente a la cual ha puesto en cuestion algunos puntos sobre su iniciativa de asociacion con actores no estatales.

Uno de los temas mas sensibles para la Politica Exterior China es el de su soberania sobre el mar del Sur de China. Aline Chianca Dantas analiza como sus los intereses regionales de China en esa zona han colisionado con los de la mayoria de sus vecinos costeros; a la luz de los desfavorables resultados que obtuvo recientemente en su litigio maritimo con Filipinas ante la Corte Internacional de Justicia de La Haya.

Por ultimo, Natalia Fingermann y Francesca Mercurio discuten la controversia en torno al papel que Nkosazana Dlamini-Zuma viene cumpliendo como secretaria de la Union Africana; resaltando su rol positivo como promotora de medidas de genero y de la politica general de Derechos Humanos de la Union, en contraste con una posicion de 'benign neglect' para con los movimientos y grupos politicos autoritarios en la region.

Anthony Medina Rivas Plata
Gerente de Cooperacion Internacional
Instituto de Estudios Politicos Andinos

amedina@iepa.org.pe





O Brasil e o Mercosul: vacância da presidência e interesses divididos

Arthur Murta¹

Daniel Rei Coronato²

1 Doutorando em Relações Internacionais na Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Análises Internacionais (NEAI-Unesp). E-mail: arthurmurta@usp.br

2 Doutorando em Relações Internacionais no Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, PUC-SP). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Análises Internacionais (NEAI-Unesp). E-mail: daniel_coronato@hotmail.com

Ofim do processo de impeachment de Dilma Rousseff ocorrido no dia 31 de agosto de 2016, culminando em sua condenação para que deixasse a presidência abriu margem para um amplo debate nacional e internacionalmente acerca da procedência da acusação. O desfecho não só não pacificou o país, como também está deixando marcas profundas no campo da legitimidade e da eficácia das instituições. Com apoio vacilante entre diversos setores da sociedade, o governo e sua coalizão pretendem encaminhar diversas reformas, o que deve aprofundar a clivagem na sociedade em torno de temas como a reforma do Estado, da previdência e a trabalhista.

Ademais, vislumbram-se desafios também em matéria de política externa. Os meses de interinidade foram marcados por uma



tentativa sistemática de reposicionar o país em um caminho distinto dos governos Lula e Dilma, dando a tônica do que deve acontecer nos próximos meses do governo substituto.

Essa tentativa desenfreada de promover um reposicionamento político na retórica diplomática já começou a impactar nas relações internacionais do Brasil, especialmente no que tange aos nossos vizinhos. O primeiro desafio já está sendo travado no âmbito do Mercosul. O foco foi a presidência pro tempore do bloco, que estava sendo exercida pelo Uruguai. Segundo as regras respaldadas nos documentos constituintes, especialmente o artigo 5º do Protocolo de Ouro Preto, “a presidência do Conselho do Mercado Comum será exercida por rotação dos Estados Partes, em ordem alfabética, pelo período de seis meses”. Assim, a Venezuela, próxima da lista, teria a incumbência de assumir o posto em um momento de crise interna e mudanças no direcionamento externo de vários países-membros, principalmente Argentina e Brasil.

A obstrução da posse tem sido defendida notadamente por Horacio Cartes, do Paraguai, e pela chancelaria do governo Temer, apoiados de forma menos enfática pela administração de Maurício Macri da Argentina. Ressalta-se que o tema da entrada da Venezuela no Mercosul é muito sensível para o Paraguai, tendo em vista que, até 2012, o Parlamento deste era o último impedimento para a adesão plena de Caracas ao bloco. Com a deposição presidencial do paraguaio Fernando Lugo, seu país foi suspenso da instituição, abrindo margem para a entrada venezuelana. Ao retornar, em 2013, o Paraguai contestou a presença do novo membro, mas não houve nenhuma alteração estrutural.

Em dúvida estaria, sobretudo, preocupações acerca da qualidade da democracia venezuelana, considerada falha por esses países, além de questionamentos em relação ao processo que culminou com a entrada do país ao bloco. A chancelaria brasileira tem sido também enfática com a não incorpo-

ração de diversas normas e acordos contraídos na assinatura do Protocolo de Adesão da Venezuela ao bloco de 4 de julho de 2006.

Entre os principais questionamentos de não adequação, expostos em uma nota à imprensa no dia 13/08/2016, estão o Acordo de Complementação Econômica nº 18 (1991), Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul (2005) e Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul (2002). A tese soma essas inadequações com a alegada conjuntura de instabilidade política e econômica, juntas formam a tese do impedimento, gerando uma crise de vacância inédita na história do bloco.

A posição firme de contestação de Caracas foi acompanhada de atos simbólicos e retórica elevada. O governo Nicolás Maduro tem alegado estar sofrendo um golpe de uma reeditada “Tríplice Aliança”, formada por Argentina, Brasil e Paraguai, que com apoio dos Estados Unidos querem tirar sua prerrogativa legítima contraída com a entrada no bloco. Como ato de resistência aos movimentos dos três membros fundadores, o governo se autoproclamou presidente pro tempore, içando no dia 5 de agosto a bandeira do Mercosul na frente da Casa Amarela, sede protocolar da chancelaria.

No dia 15 de agosto, a chancelaria venezuelana rebateu as principais teses contra a sua entrada por meio de um comunicado, rechaçando as manobras como sendo falsárias e antijurídicas. Segundo o ministério, a Venezuela não só incorporou grande parte do compêndio normativo do Mercosul, como o igualou e superou em sua maioria. Ademais, o texto se dirige à comunidade internacional denunciando a persistência dos membros da “Aliança” em fazer prevalecer suas preferências políticas e ideológicas neoliberais sobre os interesses dos povos e seus processos de integração.

Em meio à crise, foi proposta uma presidência coletiva, algo que a chancelaria do Uruguai desde o princípio se posicionou



contra. O país tem se colocado entre os dois pólos em litígio, reconhecendo a gravidade e complexidade da situação, no entanto, afirma não haver empecilhos para a entrada venezuelana apesar do não cumprimento total das obrigações normativas, uma vez que não havia sido estipulado sanções para essa situação.

A disputa que gerou a inusitada vacância da presidência do Mercosul coloca a região em compasso de espera. Os interesses cindidos parecem esboçar um mosaico partido, que pode levar a uma situação de desagregação do próprio bloco ou remanejamento dos seus membros. Se por um lado a disputa se cerca de alegações jurídicas e legalistas de lado a lado, aparentemente o problema se concentra nas impossibilidades que a presidência venezuelana iriam impor ao projeto liberalizante de Brasília e Buenos Aires.

Contudo, deve-se destacar que o papel da presidência pro tempore do Mercosul é, acima de tudo, de coordenação e de manutenção das atividades do bloco. Nesse sentido, a tentativa da “Tríplice” pode ser encarada como uma maneira de enfraquecer a já bastante deteriorada imagem internacional venezuelana. Além disso, no que tange à postura do Itamaraty, reforça a tendência da chancelaria liderada por José Serra de afastar-se, por meio da retórica, de todas as políticas criticadas pela grande mídia brasileira durante os governos Lula e Dilma (tais como as relações com Bolívia, Cuba e Venezuela).

Ressalta-se, por fim, que o debate sobre a vacância da presidência do Mercosul se atrela ao tema sobre as “novas” características do regionalismo sul-americano nessa segunda década dos anos 2000. Se de um lado temos a persistência de Bolívia, Equador, Venezuela e Uruguai na busca de continuar o processo de implementação de um regionalismo pós-hegemônico, também definido como político-social, de outro temos Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru buscando uma forma de inserção regional pautada na diversificação dos parceiros comerciais.



Energia como instrumento de política externa russa: A crescente cooperação com os vizinhos os BRICS

Bruna Bosi Moreira¹

The longer the BRICs go without energy-based cement to shore up political foundations, the larger the BRIC cracks will become. If they want to become a serious political entity, the BRICs will need to act with strategic purpose on the energy front (HULBERT, 2011).

Rússia é o terceiro maior produtor mundial de petróleo e o segundo de gás natural. Além disso, possui a oitava maior reserva de petróleo e a maior de gás natural (EIA, 2015). Moscou ocupa também a posição de segundo maior exportador de petróleo e de maior exportador de gás (IEA, 2015). Esses dados revelam dois aspectos fundamentais para se compreender a Rússia de hoje: o papel do país enquanto fornecedor internacional de energia e, consequentemente, o caráter estratégico que os hidrocarbonetos possuem para que o Kremlin sustente sua posição no âmbito internacional.

Nos últimos anos, crescente cooperação tem sido estabelecida entre Rússia e China no setor energético, parceria consolidada em maio de 2014 com a assinatura de histórico acordo entre os dois países – respectivamente

¹ Master's student at San Tiago Dantas Graduate Program in International Relations (UNESP, UNICAMP and PUC-SP) and researcher at the Center for International Studies and Analysis/Núcleo de Estudos e Análises Internacionais (NEAI).



entre o maior exportador e o maior importador de energia do mundo (LUFT, 2014). Em setembro de 2016, Rússia e Índia estabeleceram um grupo de trabalho para a criação de uma “ponte energética”, a qual visaria a construção de um gasoduto para transporte direto de gás da Rússia para aquele país (FIRSTPOST, 2016).

O que China e Índia têm em comum em termos energéticos é uma grande demanda resultante das profundas transformações ocorridas nesses países ao longo das últimas décadas. O crescimento populacional, o avanço do processo de industrialização, o crescimento da renda e, consequentemente, do consumo, a crescente urbanização, o maior acesso à eletricidade no âmbito doméstico e a maior quantidade de automóveis em circulação são exemplos que contextualizam a demanda em expansão nestes países.

Sozinha, a China é responsável por 21% do consumo mundial de energia. Para se ter uma ideia da dimensão desse dado, os países da OCDE juntos consomem 39,1% desse total e o restante da Ásia (excluindo-se a China), 12,6% (IEA, 2015). A Índia, por sua vez, é o quarto maior consumidor de energia do mundo (EIA, 2013), sendo o terceiro maior importador de petróleo (IEA, 2015).

Do lado oposto deste espectro está a Rússia. Juntamente com sua grande capacidade em termos de reservas, produção e exportação, o país está localizado no coração da Eurásia, área estratégica que lhe facilita os laços comerciais com ambos os continentes. Tradicional fornecedor de hidrocarbonetos à União Europeia, Moscou viu sua relação com o bloco afetada pelas sanções impostas por represália à anexação da Crimeia. Isso motivou a Rússia a se voltar para a Ásia, como forma de contrabalançar as perdas comerciais e também como resposta ao Ocidente.

Foi nesse contexto que o Kremlin consolidou com a China um acordo energético histórico, há anos engessado na mesa de negociação destes dois países. Tal acordo possui

o valor de 400 bilhões de dólares e prevê um fornecimento inicial de cerca de um quarto do que a China consome atualmente de petróleo e gás – cerca de 10% de sua demanda estimada até 2020. Para isso, serão construídos 3200 km do gasoduto Power of Siberia (DÜBEN, 2015).

É também por conta da demanda crescente por energia que a China anunciou em 2014 o projeto de uma Nova Rota da Seda, a qual passa pela Ásia Central, justamente a região que envolve o entorno estratégico da Rússia. Porém, se por um lado a presença chinesa na região representa concorrência e desperta desconfiança na Rússia, também os dois países cooperam, pois a leva de investimentos chineses contribui para a estabilidade da região, a qual tem sido marcada por conflitos étnicos, por movimentos separatistas, pelo extremismo religioso e, consequentemente, pela ameaça terrorista².

Já a cooperação da Rússia com a Índia é mais recente. Em setembro deste ano, foi criado um grupo de pesquisa liderado pela Gazprom e por um consórcio de empresas indianas de petróleo e gás para a criação de uma “ponte energética” entre os dois países, através de um possível gasoduto que leve gás diretamente da Rússia para a Índia (INDIA, 2016). Em março, o termo “ponte energética” já havia sido utilizado pelo CEO da Rosnef, Igor Sechin, quando a Índia assinou com a empresa russa uma série de acordos energéticos (REUTERS, 2016).

Não obstante, se em geral o acrônimo BRICS já carrega a dúvida em relação às reais possibilidades de países com características tão particulares e distintas poderem ser reunidos em um mesmo grupo, no âmbito energético não nos esquivamos do mesmo dilema. Ainda assim, Hulbert (2011) é categórico ao afirmar que, para o avanço do grupo, a cooperação em energia é basilar:

“[...] If the BRICs want to get serious, then

² A Organização para a Cooperação de Xangai é exemplo da cooperação sino-russa na região da Ásia Central.



energy will be a core factor driving economic and political linkages across the respective capitals. Energy is not just one potential policy area where BRIC cooperation could be made to work, but arguably an essential component for mutual political gains and economic growth".

No contexto dos BRICS, também o Brasil é um ator energético importante. Porém, opou-se por centrar o artigo na Rússia enquanto fornecedora de hidrocarbonetos para China e Índia por conta da proximidade geográfica daquele país com os outros dois membros do grupo. Ademais, como esclarecido anteriormente, os recursos energéticos possuem na Rússia uma dimensão estratégica, justamente por estes serem utilizados por Moscou para sustentar sua projeção global enquanto ator relevante no jogo político internacional. Pode-se ainda constatar a própria dependência econômica do país da renda obtida com as exportações de hidrocarbonetos. Com o tremecimento de sua relação comercial de energia com a Europa, a Rússia foi buscar os mercados do Leste Asiático, especialmente a China, e agora amplia seu leque para incluir também a Índia em grandes projetos no setor, aumentando seu raio de influência na Ásia.

Referências

EIA (Energy Information Agency). India's economic growth is driving its energy consumption. 2013. Disponível em: <<http://www.eia.gov/todayinenergy/detail.cfm?id=10611>>. Acesso em: 14 set. 2016.

EIA (Energy Information Agency). International Rankings. 2015. Disponível em: <<http://www.eia.gov/beta/international/?src=-f3>>. Acesso em: 14 set. 2016.

FIRSTPOST. India and Russia discuss 'energy bridge', a direct gas delivery line between two countries. 2016. Disponível em: <<http://www.firstpost.com/india/india-and-russia-discuss-energy-bridge-a-direct-gas-delivery-line-between-two-countries-3003496.html>>. Acesso em: 14 set. 2016.

HULBERT, Matthew. It's Energy that Will Make or Break the BRICs. European Energy Review, 15 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.europeanenergyreview.eu/site/pagina.php?id=3429>>. Acesso em: 14 set. 2016.

IEA. 2015 Key World Energy Statistics. Paris: International Energy Agency, 2015.

INDIA. Ministry of Foreign Affairs. India-Russia Intergovernmental Commission Meeting in New Delhi. 2016. Disponível em: <http://www.mea.gov.in/press-releases.htm?dtl/27387/IndiaRussia_Intergovernmental_Commission_Meeting_in_New_Delhi_September_13_2016>. Acesso em: 14 set. 2016.

LUFT, Gal. The Sino-Russian gas deal. 2014. Disponível em: <http://www.ensec.org/index.php?option=com_content&view=article&id=551:sino-russian-gas-deal&catid=143:issue-content&Itemid=435>. Acesso em: 14 set. 2016.

REUTERS. India signs energy deals with Russia's Rosneft. 2016. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/us-india-russia-oil-rosneft-idUSKCN0WI120>>. Acesso em: 14 set. 2016.



Os desafios do novo governo indiano na atual agenda de saúde global

Maíra S. Fedatto¹
Tainá Dias Vicente²

Desde meados do século XIX, o avanço de doenças sinalizou a urgência de uma mudança na promoção da saúde e do bem-estar entre as nações. Neste sentido, surgiu um consenso internacional sobre a necessidade de coletivizar os cuidados da saúde de modo a considerar os avanços das ciências biológicas e sociais. No cenário de reestruturação do pós Segunda Guerra Mundial, da Conferência das Nações Unidas, em 1945, derivou a Carta de São Francisco, que acerca da saúde, estipula que a ONU promoverá “a solução dos problemas internacionais econômicos, sociais, de saúde e conexos, bem como a cooperação internacional, de caráter cultural e educacional”. (UNITED NATIONS, 1945)

¹ Mestra em Política Internacional e Comparada pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). Doutoranda do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP).

² Mestra em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, PUC/SP, UNICAMP).

Com efeito, em 1946, convocou-se a Conferência Internacional da Saúde. Como



resultado, a Organização Mundial da Saúde passou a existir, em 1948, com sede em Genebra e com o objetivo desenvolver ao máximo possível o nível de saúde de todos os povos. Neste sentido, a Constituição da OMS define saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não consistindo somente da ausência de uma doença ou enfermidade” (WHO, 1946). Ventura e Aguilar (2014) alertam que, apesar de ser considerada “autoridade moral e porta-voz da saúde no mundo”, a OMS está sobrecarregada e vem sendo incapaz de responder com agilidade aos desafios da saúde global, crise esta que pode ser exemplificada com o episódio do surto do Ebola e do atraso da Organização em agir. Ventura (2016) nos lembra de que os sete casos de ebola ocorridos no Ocidente, com apenas um óbito, tiveram maior repercussão do que o total de 28.639 casos, com 11.316 óbitos notificados à OMS no Continente Africano.

Diante deste contexto da saúde como um tema preeminente para as Relações Internacionais, este artigo visa compreender os desafios da política externa india na seara. Assim, cabe destacarmos inicialmente que, em 2012, o relatório do Global Health Initiative apontou um aumento nos recursos advindos dos países do BRICS destinados a cooperação internacional para a saúde, em contraste com o declínio do financiamento de países como EUA. Declínio este que impactou o avanço de programas e instituições, um exemplo foi o cancelamento da 11^a rodada do Fundo Global de Luta contra a AIDS, Tuberculose e Malária (JAKOVLJEVIK, 2015). Podemos inferir que, nos últimos anos, os países do BRICS têm atuado intensivamente para contribuir financeiramente – e politicamente – para as iniciativas internacionais de acesso à saúde.

Com efeito, desde 2011, os Ministros da Saúde dos BRICS mantêm encontros regulares, inclusive à margem das reuniões da Organização Mundial da Saúde. Além da coordenação sobre temas que compõem a agenda da OMS, vem sendo debatida a possibilidade de se estabelecer uma Rede de Cooperação

Tecnológica do BRICS. Um dos objetivos seria promover a transferência e o acesso a tecnologias que permitissem aumentar a disponibilidade de medicamentos a preços baixos nos países em desenvolvimento, uma das bandeiras da coalizão (MRE, BRASIL)³.

Para além da atuação no âmbito do BRICS, o protagonismo indiano na seara da saúde pode ser exemplificado pela sua ativa participação nas negociações de um dos temas mais polêmicos atualmente na OMS: o acordo sobre a colaboração da Organização com atores não-Estatais, que ficaria conhecido como FENSA (*do inglês Framework of engagement with non-State actors*)⁴. Após dos longos anos de discussões e negociações, sua aprovação, na 69^a Assembleia Mundial da Saúde em maio de 2016, foi considerada histórica por muitos países, mas encontrou uma reação duvidosa daqueles preocupados com os “efeitos colaterais” do novo marco para a agenda da saúde global. A posição da Índia sobre o acordo é de que o FENSA não trata de encorajar ou desencorajar o envolvimento com diferentes atores, mas de se criar uma estrutura robusta que garanta transparência, responsabilidade e consistência do relacionamento da OMS com atores não-Estatais e, ainda, sobre a melhor forma de administrar os conflitos de interesse (WHO Doc.A67/6).

Outra questão polêmica que teve ativa participação indiana foi sobre o “*Engagement where particular caution should be exercised*”. A Índia defendia que deveriam ser nomeadas as indústrias específicas com as quais a OMS deveria ter cuidado ao se envolver, tais

³ Disponível em: http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/sobre-o-brics/principais-areas-e-temas-de-dialogo-entre-os-brics . Acesso: 11/08/2016

⁴ Trata-se do primeiro acordo - desde os princípios de relacionamento com atores não-Estatais estabelecidos em 1987 - sobre a maneira de gerir as relações entre a Organização e atores não-Estatais estabelecidos, quais sejam: Organizações não-Governamentais; Setor Privado, Fundações Filantrópicas e Instituições Acadêmicas. A resolução que estabelece o FENSA foi adotada em 28 de maio de 2016 pela Assembleia Mundial da Saúde.



como, indústrias de alimentos, bebidas, álcool e fórmulas infantis. O país ainda propôs que “o envolvimento da OMS será estritamente limitado a ajudar essas indústrias a cumprir com as normas e padrões ou diretrizes e políticas da Organização”. Mais além, especificamente em relação às entidades privadas, o país declarou que “a OMS não deveria colaborar com entidades do setor privado na geração de provas, na gestão do conhecimento, na coleta de informação e em pesquisa.” A delegação Indiana, ainda, propôs um limite máximo para as contribuições financeiras de 50.000 USD, valor acima deste teto deveria ir para o fundo voluntário do núcleo. Esta ideia impediria que a OMS fosse paralisada/influenciada por prioridades dos doadores tendo em vista sua capacidade de mobilizar recursos.

A mudança de governo na Índia, no entanto, tem impactado a atuação do país na Organização Mundial da Saúde. Em maio de 2014, foi eleito como primeiro-ministro Narendra Modi, do partido Hindu Bharatiya Janata (BJP, na sigla em inglês). Após 10 anos na oposição, o BJP ganhou um mandato decisivo com uma significativa maioria no Parlamento. Os focos do novo ministro da Saúde, J.P. Nadda, eram os terremotos que devastaram o Nepal, a disseminação do Ebola pelo Oeste Africano e as crescentes incidências de doenças que assolam o mundo, especialmente a Índia. No âmbito da OMS, Nadda teve que lidar com os temas polêmicos que estavam em pauta bem como com as constantes pressões do G7, especialmente da Alemanha.

Com efeito, as novas diretrizes do governo foram sentidas na última Assembleia Mundial da Saúde (Maio de 2016): uma pequena delegação foi enviada para a AMS, dando ao país – diferentemente do que vinha acontecendo – pouco a dizer sobre a forma como a agenda da saúde global está sendo estabelecida. Com uma população de mais de 1,2 bilhão de pessoas, a Índia enviou apenas quatro funcionários para a 69ª AMS. Mais além, o Ministro da Saúde, que presidiu a AMS em 2015, não participou da Assembleia por causa da

controvérsia doméstica em torno do NEET⁵.

A delegação Indiana foi liderada pelo Ministro Naik do AYUSH (Department of Ayurveda, Yoga and Naturopathy, Unani, Siddha and Homoeopathy), acompanhado pelo Dr. Prasad - diretor-geral dos serviços de saúde -, pelo Secretário adicional para a saúde e pelo Secretário-adjunto para a saúde. A pequena delegação Indiana reflete – além de uma mudança nas diretrizes da política externa - a escassez de funcionários com experiência em questões de saúde global no Ministério da Saúde do país. Compreendemos a pouca relevância dada pelo governo Indiano à AMS, quando observamos que, em contraste, a Tailândia enviou uma delegação de 60 funcionários.

Neste sentido, devido à ausência de uma representação adequada de Nova Deli, a Índia não foi capaz de participar de negociações paralelas para finalizar resoluções e decisões-chave na AMS. Por exemplo, o país não conseguiu participar das maratonas de reuniões que aprovaram o FENSA, nem das que debatiam o fim de promoções inadequadas sobre alimentos para lactentes e crianças pequenas. Mais além, apesar de ter presidido a reunião sobre “Pesquisa e desenvolvimento: financiamento e coordenação”, foi incapaz de estar presente nas consultas informais sobre outras questões muito importantes para o país, tais como negociações sobre a nutrição infantil.

Em Genebra, durante a Assembleia, em uma entrevista para o The Wall Street Journal, o primeiro-ministro Narendra Modi afirmou que “hoje, ao contrário de antes, a Índia não está de pé em um canto”. No entanto, a participação Indiana na Assembleia contradiz tal afirmação, tendo em vista que foi incapaz de representar as prioridades do governo nas diversas negociações.

⁵ A point of confusion for lakhs of medical seat aspirants across the country is the National Eligibility Entrance Test (NEET), which will be the single entrance exam for all medical colleges in the country. Disponível em: <http://www.firstpost.com/india/neet-supreme-court-medical-entrance-colleges-aipmt-2756094.html> (Acesso 20/08/2016)



Observamos, porém, que o país vem buscando resgatar seu protagonismo na seara da saúde em diversas frentes. Por exemplo, em setembro deste ano, afirmou que irá liderar a luta global contra epidemias, sendo um dos principais membros da coalizão Epidemic Preparedness Innovations (CEPI), com sede no Instituto Norueguês de Saúde Pública, em Oslo. O Dr. Vijay Raghavan, secretário do Departamento de Biotecnologia, foi escolhido como o presidente do Conselho de Administração provisório.

Mais além, um novo foco da nova política externa para a saúde da Índia é o setor de saúde e bem-estar, promovido pelo governo através de medidas gerais de bem-estar através de uma sistemática promoção de yoga como uma forma de exercício e também como estilo de vida. Neste sentido, em 2014, foi criado o Ministério AYUSH, visando modificar estilos de vida e padrões de consumo de alimentos como formas de melhorar a saúde e o bem estar. Neste sentido, a Índia recentemente fechou um acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) para promover os tratamentos tradicionais de cura indianos, incluindo Yoga, Ayurveda, Unani e Panchkarma. O objetivo indiano é criar a Organização Mundial da Medicina Tradicional (WOTM), sob a égide da OMS.

Com efeito, o Ministério AYUSH organizou, entre os dias 10 e 13 de Setembro, uma feira de saúde sobre Ayurveda, Yoga e Naturopatia, Unani, Siddha e Homeopatia, em Bengaluru. Com o foco na prevenção de doenças, a Índia defende que o bem-estar não deve ser uma prerrogativa apenas dos ricos e que o país tem potencial para satisfazer as necessidades da medicina tradicional do mundo. Objetiva-se, portanto, a criação de um sistema no qual a qualidade da saúde deve estar disponível para todos. A criação da WOTM é o foco principal do governo indiano, objetivo que visa conseguir uma representação importante na OMS.

Por fim, destacamos que a atuação indiana nos temas da saúde estará, novamente,

no centro das atenções em 21 de setembro de 2016, quando a Assembleia Geral das Nações Unidas convocará uma reunião de alto nível sobre Resistência aos Antimicrobianos (AMR), um importante desafio para a atual agenda saúde pública global, atrás apenas do Ebola, da epidemia da AIDS e das doenças crônicas não-transmissíveis. A Índia deverá apresentar os planos de ações nacionais, conforme solicitado na Resolução aprovada na 68^a Assembleia Mundial da Saúde (WHA 68.7), realizada em 2015. A resistência antimicrobiana é um tema sensível para o país, tendo em vista que em 2008, foi detectada em New Delhi, uma enzima que tornava bactérias resistentes a uma vasta quantidade de antibióticos. Em 2011, o governo estabeleceu uma política nacional de contenção da resistência antimicrobiana, pois problema estava fora de controle e, de acordo com dados nacionais de 2013, está aumentando nos hospitais.

Conclui-se, portanto, que apesar do malogro de enviar uma delegação de quatro participantes para atuar na última Assembleia Mundial da Saúde, a Índia parece determinada a manter seu protagonismo nos temas da agenda global, especialmente com seu novo foco: saúde e bem-estar através da medicina tradicional. Neste sentido, o país pretende atuar lado-a-lado da Organização Mundial de Saúde para desenvolver estratégias para parcerias, para desenvolvimento técnico, abordagens éticas e regulamentadas, bem como para encontrar recursos e comprometimentos necessários para o sucesso de seus objetivos.

Referências

Catch News. Setembro/2016. Antibiotic resistance is a real threat. India needs to wake up to it now. Disponível em: <http://www.catchnews.com/health-news/antibiotic-resistance-is-a-real-threat-india-needs-to-wake-up-to-it-now-1473504509.html/3>

DNA INDIA. Setembro/2016. India to submit action plan to UN for checking rise of bugs



resistant to antibiotics. Disponível em: <http://www.dnaindia.com/india/report-india-to-submit-action-plan-to-un-for-checking-rise-of-bugs-resistant-to-antibiotics-2254038>

IP-WATCH. Maio/2016. WHA Gets First UN Framework Managing Non-State Actors; Countries Satisfied, Actors Concerned. Disponível em: <http://www.ip-watch.org/2016/05/30/wha-gets-first-un-framework-managing-non-state-actors-countries-satisfied-actors-concerned/>

Huffington Post. Maio/2016. Keep a Strong FENSA: Safeguard WHO's Independence From Private Interests. Disponível em: http://www.huffingtonpost.com/kavitha-kolappa-md-mph/fensa_b_7381712.html

JAKOVLJEVIK M. 2015. BRIC'S growing share of global health spending and their diverging pathways in Frontiers in Public Health. Disponível em: <http://journal.frontiersin.org/article/10.3389/fpubh.2015.00135/full>

Live Mint E-Paper. Maio/2016. With small team, India struggles to set the agenda at WHO meet. Disponível em: <http://www.livemint.com/Politics/TPNKLxKE61Kz-GxwKU6oKIK/With-small-team-India-struggles-to-set-the-agenda-at-WHO-me.html>

MIG – Media India Group. Setembro/2016. India to host International health fair and BRICS wellness workshop. Disponível em: <http://mediaindia.eu/news-india-you/india-to-host-international-health-fair-and-brics-wellness-workshop/>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. 1946. Constituição da OMS. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br>

_____. 2015. WHA 68.9. Framework of engagement with non-State actors. Disponível em http://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA68/A68_R9-en.pdf?ua=1 Acesso: 30/08/2015

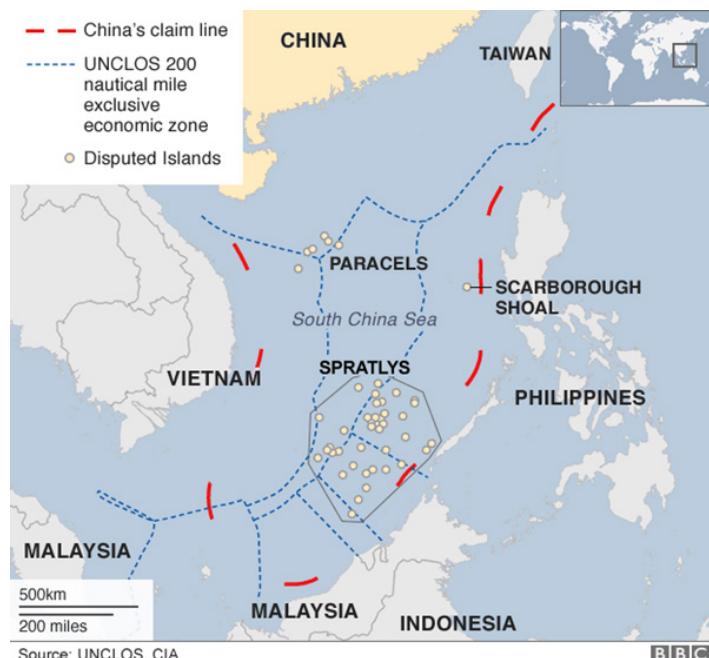
The Hindu. Setembro/2016. India to lead global coalition to fight epidemics. Disponível em: <http://www.thehindu.com/sci-tech/science/k-vijay-raghavan-interview/article9094513.ece>

The Hindu. Setembro/2016. Minister moots global organisation for traditional medicine. Disponível em: <http://www.thehindu.com/news/cities/bangalore/minister-moots-global-organisation-for-traditional-medicine/article9094736.ece>

UNITED NATIONS. 1945. Charter of the United Nations. Disponível em: <http://www.un.org/en/charter-united-nations/index.html>

VENTURA, D. 2016. Não há segurança sem acesso universal e gratuito à saúde. Com Ciência, Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php>

VENTURA, D. AGUILAR, F.P. 2014. Crise e Reforma da Organização Mundial da Saúde. Lua Nova, São Paulo, 92: 45-77.



China in the ocean global governance: The case of the South China Sea

Aline Chianca Dantas¹

Ocean global governance is the coordination of activities and resources related to the marine environment through the law of the sea, the international institutions, and the effort of national governments (CHANG, 2010), and can be divided in four pillars: economic, security, environmental, and political. Without a doubt, China is an important actor in all sectors of ocean global governance, but this text analyses China's action in the security area, specifically, in the South China Sea.

Firstly, it is necessary to mention that China is a peculiar country and only in the 21st century it is really getting its place into different spaces of global governance. However, it faces a challenge: accept the international rules developed by western countries. Considering this, China ratified the United Nations Con-

¹ Doutoranda en Relaciones Internacionales en la Universidade do Brasil - UNB.



vention on the Law of the Sea – UNCLOS – in 1996, and currently has to deal with the dare of its ratification, as the role of The Hague Court.

For China, sovereignty and historic rights are extremely important and these aspects can be a good feature to explain China's

According to the news and the literature on the theme, China started to be more assertive with its policies over the South China Sea in the 2000's, especially in recent years. In 2009, China clearly expressed the sovereignty over the South China Sea

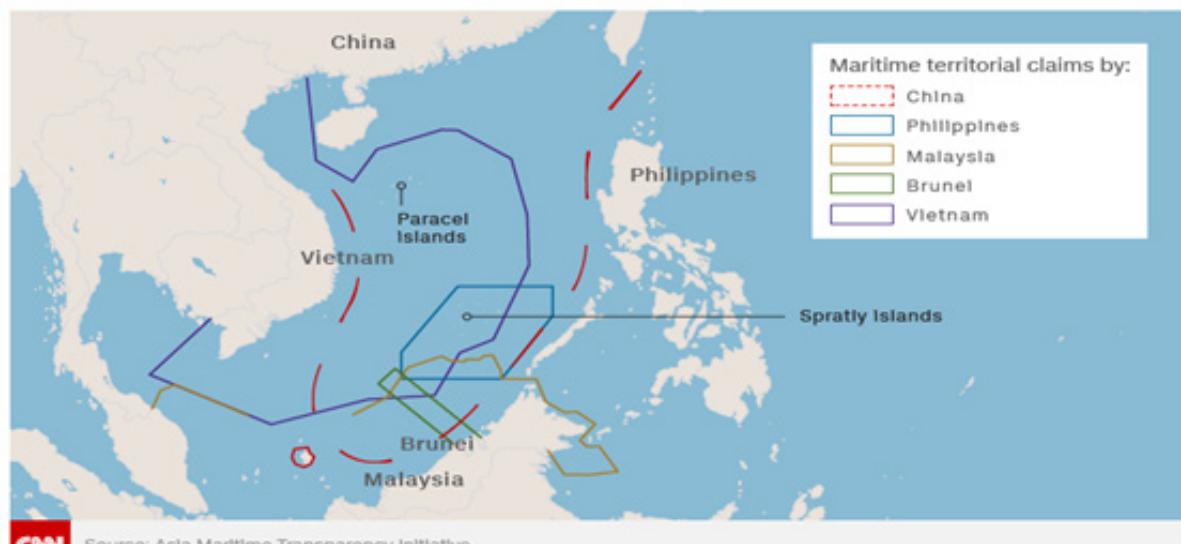


Figure 1: Maritime Territorial Claims in South China Sea.

Source: Asia Maritime Transparency Initiative taken from HUNT, 2016.

maritime territorial claims in the South China Sea. However, UNCLOS determines some sea-related rules that are not in the same direction of China's understanding of its rights in the South China Sea. For China, its maritime rights over South China Sea is based on the Nine-Dash-Line Doctrine², which reverberate that the nine dashes together made over the region represent Chinese maritime jurisdiction.

In this sense, China, Philippines, Malaysia, Vietnam, and Brunei dispute the jurisdiction of two islands in the South China Sea: Paracel and Spratly (HUNT, 2016). The figure 1 below shows theses countries' claims in South China Sea. Nevertheless, there are also competitions over Scarborough Reef between China and Philippines and over the exclusive economic zone between China, Vietnam, and Indonesia (ZHOU, 2015). The South China Sea is important geo-politically and geo-strategically, considering the presence of oil and gas resources, and the relevance of the region as a maritime passage of trade relations (ZHOU, 2015).

² This illustration can be seen in Zanella, 2016.

as a core national interest, and since 2013 China has been accused of building civilian structures, artificial islands, and military facilities in the disputed areas (ZHOU, 2015).

The situation in the South China Sea was sharpened in July 2016, considering the relevant decision of the Hague Court³. The Permanent Court of Arbitration concluded that China's historical claims to the islands in the sea were not derived, and that China violated Philippines' sovereignty by building artificial islands and reefs, fishing, damaging the marine environment, thus threatening its ships (HUNT, 2016). For the comprehension of what is an artificial island and how it is seen in international law of the sea, follows figure 2, which illustrates these points. The important thing to highlight is that artificial islands do not generate maritime rights to countries, as seen below.

Besides the importance of this historical result, The Hague Court cannot do anything

³ The arbitrary process against China was initiated by Philippines in 2013 (ZANELLA, 2016).



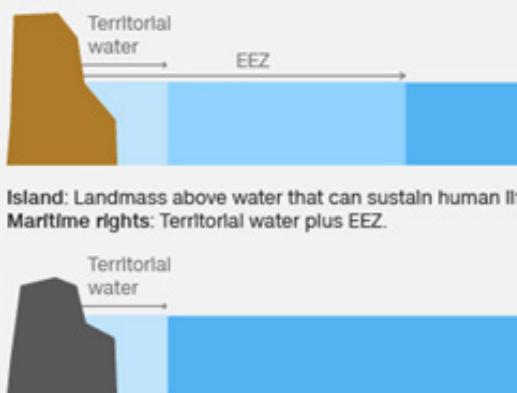
to implement this decision. After the Court's verdict, China announced that the claim for its historical right through the area continues, and that they do not agree on such a decision⁴. In addition, China reinforces the necessity of bilateral negotiations with Philippines to solve the disputes in the South China Sea rather than the use international law (HUNT, 2016).

New episodes in the region are unpredictable (HUNT, HUME, 2016), considering the instability of the region and the presen-

After the Court's decision and China's rejection on the result, the United States' behavior in the region is also complex to foresee. Some analysts say that the country could become more active in the South China Sea. Indeed, Rovere (2016) believes that the United States could adjust their strategy and build their own islands in the region.

Therefore, it is perceptible that China is playing a dual game in the ocean global governance. The country seeks to be part

What's an island?



Island: Landmass above water that can sustain human life.
Maritime rights: Territorial water plus EEZ.

Rock: Land permanently above water but unable to sustain human life.
Maritime rights: Territorial water, no EEZ.

Maritime rights under UNCLOS

- Territorial water: Sovereignty of the airspace above and the seabed below for 12 nautical miles.
- Exclusive Economic Zone: EEZ gives a state exclusive rights to exploit resources including fish, oil and gas within 200 nautical miles.
- International waters: High seas beyond national jurisdiction.



Low-tide elevation: A landmass above water only at low tide.
Maritime rights: None.



Artificial Island: UNCLOS doesn't consider reclaimed land to be an Island, only "naturally formed areas."
Maritime rights: None.



Source: UNCLOS & AMTI

Figure 2: Island, Rock, Low-tide elevation, artificial islands and maritime international rights
Source: Asia Maritime Transparency Initiative taken from HUNT, 2016.

ce of great powers, such as United States of America. Nevertheless, one fact is true; China is reinforcing its presence in the region, especially punctuating the construction of an air defense zone and more artificial islands by the referred country (HUNT; JIANG, 2016).

of it and benefit from its rules, mainly in the economic area; however, on the other hand, refuses to assume the responsibilities⁵ of this system because it has an impact on other relevant issues for China, such as Taiwan.

⁴ It is important to mention that China's reaction to the court decision was not quite different from United States' position after the judgement of the International Court of Justice in the case of Nicaragua in 1984 (LEE, 2016).

⁵ One important responsibility, for example, is to respect and take care of the marine ecosystem in South China Sea and reports show that China's actions in the region are causing damage to its ecosystem (SINGH, 2016).



References

- CHANG, Yen-Chiang. International Legal Obligations in Relation to Good Ocean Governance. *Chinese Journal of International Law*. Oxford University Press, 2010, pp. 589-605.
- HUNT, Katie. South China Sea: Court rules in favor of Philippines over China. CNN. July 12, 2016. Available at: < <http://edition.cnn.com/2016/07/12/asia/china-philippines-south-china-sea/index.html?sr=fbcnni071216china-philippines-south-china-sea0925AMStoryLink&linkId=26465321>> Access: July 14, 2016.
- HUNT, Katie; JIANG, Steven. South China Sea: China may establish air defense zone after losing court ruling. CNN. July 13, 2016. Available at: < <http://edition.cnn.com/2016/07/13/asia/south-china-sea-ruling-reaction-adiz/index.html?sr=fbcnni071316south-china-sea-ruling-reaction-adiz0743AMVODtopLink&linkId=26506268>> Access: July 14, 2016.
- HUNT, Katie; HUME, Tim. Has South China Sea ruling set scene for next global conflict? CNN. July 13, 2016. Available at: < [http://edition.cnn.com/2016/07/13/asia/south-china-sea-global-conflict_risks0635AMVODtopLink&linkId=26505101](http://edition.cnn.com/2016/07/13/asia/south-china-sea-global-conflict-risks/index.html?sr=fbcnni071316south-china-sea-global-conflict_risks0635AMVODtopLink&linkId=26505101)> Access: July 14, 2016.
- LEE, Peter. Asian Times. 2016. Available at: < <http://atimes.com/2016/07/no-off-ramps-only-dead-ends-in-the-south-china-sea/>> Access: September 15, 2016.
- ROVERE, Crispin. Asian Times. 2016. Available at: < <http://atimes.com/2016/07/how-the-us-should-respond-in-the-south-china-sea-build-its-own-islands/>> Access: September 15, 2016.
- SINGH, Abhijit. The Asian Times. 2016. Available at: <<http://atimes.com/2016/08/why-south-china-sea-is-on-the-verge-of-an-environmental-disaster/>> Access: September 15, 2016.
- ZANELLA, Cristine Koehler. Uma nova carta no grande jogo pelo controle do mar do Sul da China: a decisão arbitral do caso Filipinas v. China. Mundorama. July 2016.
- ZHOU, Weifeng. China's growing assertiveness in the South China Sea. Elcano Royal Institute. Madrid. ARI 60/2015, 2015.



Has Dlamini-Zuma's tenure in African Union Commission contributed to South African regional leadership?

Natalia N. Fingermann¹
Francesca Mercurio²

In last years, Pan-African political ideal of "African Solutions to African Problems" seemed to spread throughout the continent in a renovate light, becoming the flag of the African Union, who aimed to rescue the control over its territory (DERSSO, 2012; NATHAN, 2013). Within this context of efforts and renovate challenges to achieve a certain degree of peace, security and also development that is "protected and maintained by Africa itself" ('Pax Africana'- MANRUI, 1967), the contribution of South Africa has been significant, although it has met some difficulties as many countries did not recognized and accepted South African leadership yet.

1 Professor at the International Relations School of Universidade Católica de Santos (UNISANTOS). PhD in Public Management and Government at FGV-SP. Masters in Social Development at University of Sussex and Bachelors in International Relations at PUC-SP.

2 Phd candidate in International Relations at Universidade de São Paulo (IRI- USP). Masters in International Relations at Universidade do Minho and Bachelors in Scienze politiche- Studi Internazionali at Università di Bologna.

Post-Apartheid South Africa's foreign policy has focused on reframing its relationship with the continent by increasing



the participation in regional blocs, as well as contributing to peacekeeping operations under the aegis of multilateral institutions, as in the cases of the African Union (AU) and the United Nations (ALDEN, 2015; HENGARI, 2014). In 2012, the election of Nkosazana Dlamini-Zuma as the Chairperson of African Union Commission was seen as a further step to reinforce the country's leadership in the region. Nkosazana Dlamini-Zuma covered the role of Minister of External Affairs in the former South Africa's presidency, reason for which her victory at a so significant regional bloc was suspiciously, when not so largely accepted among the other AU members (GUARDIAN, 2012; HENGARI, 2013).

However, Dlamini-Zuma's election could also enhance the region's international projection. So, many countries had set high expectations for her mandate. On one hand, some members believed that Dlamini-Zuma would pay more attention to gender issues. As the first elected woman to represent the most important institution in the continent, many activists have seen her victory as a chance to properly empower African woman, including tricky subjects in political agenda (GMO, 2016; VOA News, 2016; ISS, 2015; GUARDIAN, 2012). On the other hand, few members, especially Nigeria and Ethiopia, feared that the South Africa's break of the unwritten convention, which the five largest contributors to the AU budget – Nigeria, Egypt, Libya, Algeria and South Africa – should not contest the commission's highest office, could overlap AU with South African foreign policy agenda (SAIIA, 2013; GUARDIAN, 2012). For those countries, Dlamini-Zuma could use African Union to reach South African foreign policy goals in multilateral organizations, such as lobbying to a permanent seat in the United Nations Security Council.

In July 2016, the 27th Assembly of African Union opened in Kigali (Rwanda), with the theme "2016: Year of Human Rights", has brought back into debate the role

of South Africa as a regional leader and established the criteria by which the next Chairperson of the AU Commission was going to be selected. After Dlamini-Zuma informed she was not going to run for a second term as Chair of the AU Commission, many analysts have begun to evaluate Dlamini-Zuma's tenure and whether she has contributed to enhance South African regional leadership.

Some analysts state that Dlamini-Zuma was the worst AU's leader. For them, Nigeria and Ethiopia fears were real; Dlamini-Zuma has not focused on African issues. In fact, she has mainly looked at the domestic politics, not even including South African regional and international foreign policy strategy. The newspaper Map Express, for instance, affirms that Dlamini-Zuma has shown during her mandate both "incompetence" and "lack of leadership", which has cost Africa valuable opportunities to take off and specially to speak with one voice. Instead of searching for effective and sustainable means to finance African Union initiatives, Dlamini-Zuma has strengthened the anti-Western rhetoric adopted in her own homeland, disparaging mainland partners (MAP EXPRESS, 2016). In addition, the article states that Dlamini-Zuma is the one to blame about the failure of AU Assembly election, as she announced her departure only two months earlier the Kingali's summit.

Le Monde Afrique (2016) also addresses Dlamini-Zuma tenure as an utter failure. The headline of the article written by Joan Tilouine asks "Comment Madame Dlamini-Zuma a plombé l'Union africaine". For him, the accelerated decline of African Union is directly related to her lack of commitment with African issues. Dlamini-Zuma seemed more worried with her South African political career than Africa, as she used to turn up at African National Congress meetings rather than AU commissions. Moreover, she has been silence on several issues from political to health matters. In the same line, Odinkalu (2016) states Dla-



mini-Zuma “biggest legacy will probably be her eponymous Twitter tweets, preoccupied with fatuous nonsense”. The article argues that under her command AU has avoided to deal with odd Constitutional shifts in Congo-Brazzaville, Chad, Rwanda and Uganda, which suggested AU has ultimately reinforced authoritarian movements in the continent. Also, the author stresses the lack of effort to overcome Ebola crisis in Guinea, Liberia, Sierra Leone and Nigeria. Instead of gathering financial recourses to those countries like the head of the African Development Bank, Dlamini-Zuma has avoided travelling to the area (ODINKALU, 2016).

On the other hand, gender activists evaluate Dlamini-Zuma as an effective AU leader. For them, she has been able to include women empowerment and gender equity agenda in several components of Agenda 2063, which amplifies the debate throughout the continent. Additionally, she has declared 2015 the Year of Women’s Empowerment and Development towards Africa’s Agenda 2063 and 2016 African Year of Human Rights, with Particular focus on the Rights of Women. As a result, Dlamini-Zuma won “Gender Champion Award” for her efforts in promoting empowerment and gender equity in African Union (HERALD, 2016; ISS, 2015). During her mandate, AU has also developed an extensive body of legal instruments to promote gender equality, but unfortunately other member states have opted for not adopting them, so better results might not be guaranteed.

Hengari (2013; 2014) also highlights the bright side of Dlamini-Zuma tenure. The conclusion of Agenda 2063 shows that under her mandate AU has been able to define a feasible action plan involving all member states. Besides that, Hengari (2013) affirms that Dlamini-Zuma has worked hard to set up a continental peacekeeping force along with South African diplomats, which resulted in the creation of the African Capacity for Immediate Response to Crises (ACIRC),

recognized by France in December 2013. Despite all, this initiative faces financial constraints, which Dlamini-Zuma has not been able to sort out during her mandate (AFRICAN REPORT, 2014). However, Warner (2015) says that regardless of ACIRC’s financial limitations, ACIRC’s ad hoc structure may allow African countries to provide a quicker response to conflict areas, whereas the African Standby Force (ASF³) institutionalizes itself. Moreover, Hengari affirms that South Africa’s recent election as representative regional member of the AU Peace and Security Council reinforces “Pretoria’s intention to appropriate peace and security issues on the continent” (2014:2).

Although Dlamini-Zuma’s tenure in African Union has resulted in a positive agenda for gender and peace and security, her silent on other hot topics has provoked a bad perception among several analysts and member states. Nigeria, for instance, has refused to support ACIRC initiative, as the country emphasizes that ACIRC duplicates ASF role, and so it does not aim to employ more human and financial resources in another regional security program (WARNER, 2015). Furthermore, a recent perception survey of South African foreign policy, conducted in South Africa and Ethiopia with fifty experts, has found that many Ethiopian experts confused Agenda 2063 proposed by Dlamini-Zuma in African Union with South African foreign policy goals (HENGARI; LALBAHADUR, 2014). Associating Dlamini-Zuma’s tenure in African Union with South African foreign policy might be highlighted by the way she has conducted both activities, ANC and AU Commission, during the last four years. The fact she has hired many South African diplomats to work with her in Addis Ababa has also contribu-

³ The framework of ASF was designed in 2003 and its main goal was to conduct, observe and support peacekeeping operations in Africa through the creation of five regional brigades. However, many member states have not committed troops to the development of ASF, thus some regional brigades are not prepared to operate yet.



ted to this perception (HENGARI, 2014).

Therefore, Dlamini-Zuma's tenure has brought mixed results to South African regional leadership. On one side, Dlamini-Zuma has been able to lead a respectful and influential gender agenda, which goes along with South African human rights policy strategy. Moreover, she has come up with a relevant peace and security mechanism that may be able to address more effectively a rapid response in conflict areas, positively reflecting on South African foreign policy for the continent. On the other side, Dlamini-Zuma's quietness about authoritarian movements in the region may have affected the perception about South African activism for human rights and democracy in Africa. Also, the fact she has hired more South African diplomats than others Africans may have sounded an overbearing attitude, which may reflect on the perception about South African regional leadership. As Ethiopian experts affirm South Africa is seen as a "benevolent boss" in Africa (HENGARI; LALBAHADUR, 2014).

References:

Africa Report, the. 2014. African Union: Building the pax Africana. January, 30th. Available at: <http://www.theafricareport.com/North-Africa/african-union-building-the-pax-africana.html>

Alden, C. 2015. South African Foreign Policy and the UN Security Council: Assessing its Impact on the African Peace and Security Architecture. SAIIA, Policy Insights, 20: 1-8.

Dersso, S. A. 2012. The quest for Pax Africana: The case of the African Union's peace and security regime. African Journal on Conflict Resolution. Special Issue on the African Union, 12(2):11- 47.

GMO, Gender Monitoring Office. 2016. President Paul Kagame and AU Chair Dr,

Dlamini-Zuma receive 'Gender Champion Award'. July 10th. Available at: http://gmo.gov.rw/index.php?id=34&-tx_ttnews%5Btt_news%5D=95&cHash=04bc57dc5677ae33db41025b3f8a3dc5

Guardian, the. 2012. African Union chooses first female leader. July, 17th. Available at: <https://www.theguardian.com/world/2012/jul/16/african-union-first-female-leader>

Hengari, A.T. 2013. A year in office: Dlamini-Zuma at the African Union. SAIIA, October 30th. Available at: <http://www.saiia.org.za/opinion-analysis/a-year-in-office-dlamini-zuma-at-the-african-union>

Hengari, T. 2014. South Africa's Diplomacy 20 Years On: Implementing the African Agenda around Core Values, Principles and Issues. SAIIA Policy Briefing, 107:1-4.

Hengari AT & A Lalbahadur, 2014. Expert perceptions of South Africa's foreign policy: Views from Pretoria and Addis Ababa. Presentation delivered at the DIRCO- Policy Research Analysis Unit, November 14th. Available at: <http://www.saiia.org.za/speeches-presentations-other-events-materials/491-saiia-bpc-brics-workshop-march2014-pres-hengari/file>

Herald, The. 2016. AU and Gender: To transform or conform?. January 28th. Available at: <http://www.herald.co.zw/au-and-gender-to-transform-or-conform/>

ISS, Institute for Security Studies. 2015. Spotlight on women's role in ensuring peace and security. May, 14th. Available at: <https://www.issafrica.org/psc-report/addis-insights/spotlight-on-womens-role-in-ensuring-peace-and-security>

Mail & Guardian, 2016. The silent protest shed light on rape but many choose to see it as anti-Zuma. August, 12th. Available at: <http://mg.co.za/article/2016-08-12-00-the-silent-protest-shed-light-on-rape-but-many-choose-to-see-it-as-anti-zuma>



MAP EXPRESS. 2016. Nkosazana Dlamini-Zuma: l'incompétence qui pénalise l'Afrique. July, 22nd. Available at: <http://www.mapexpress.ma/actualite/opinions-et-debats/nkosazana-dlamini-zuma-lincompetence-qui-penalise-lafrigue/>

Marzui, A. 1967. Towards a Pax Africana: A study of ideology and ambition. Chicago: University of Chicago Press.

Monde, Le. 2016. Comment Madame Dlamini-Zuma a plombé l'Union africaine. June 9th. Available at: http://www.lemonde.fr/afrique/article/2016/06/09/comment-madame-dlamini-zuma-a-plombe-l-union-africaine_4944149_3212.html

Nathan, L. 2013. African Solutions to African Problems : South Africa's Foreign Policy. Zeitschrift für internationale Politik, 92: Setembro/Outubro

New Times, 2016. Kagame, Zuma receive continental gender award. On July 10th. Available at: <http://www.newtimes.co.rw/section/article/2016-07-10/201566/>

New Times, 2016. AU elections: Contemplating second generation gender bias. August, 13th. Available at: <http://www.newtimes.co.rw/section/article/2016-08-13/202564/>
Odinkalu, C. A. 2016. Good riddance, Dr. Dlamini-Zuma. Pambazuka News. Available at <http://www.pambazuka.org/pan-africanism/good-riddance-dr-dlamini-zuma>

VOA News, 2016. African Union Summit: who will succeed Dlamini-Zuma?. July, 16th. Available at: <http://www.voanews.com/a/african-union-summit-who-will-succeed-dlamini-zuma/3414635.html>

Warner, J. 2015. Complements or Competitors? The African Standby Force, the African Capacity for Immediate Response to Crises, and the Future of Rapid Reaction Forces in Africa. African Security, 8: 56–73.



Cronología



BRASIL

Data	Informações	Fonte
6/12/2016	Nota 216 Comunicado Conjunto dos Chanceleres de Argentina, Brasil, Chile e Uruguai sobre a situação na Venezuela	http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14209-comunicado-conjunto
6/14/2016	Nota 218 Visita do Governador Henrique Capriles	http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14220-visita-do-governador-henrique-capriles
7/10/2016	Vinte e cinco anos e muito por fazer Artigo do chanceler José Serra sobre os 25 anos do Mercosul expondo os argumentos contrários à entrada da Venezuela na presidência do bloco.	http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exterior-artigos/14420-vinte-e-cinco-anos-e-muito-por-fazer-o-globo-10-07-2016
8/1/2016	A terra treme no Mercosul Artigo do ministro das relações exteriores do governo Lula sobre a crise da vacância da presidência do Mercosul e suas razão.	http://www.cartacapital.com.br/politica/a-terra-treme-no-mercosul
8/5/2016	Venezuela hasteia bandeira do Mercosul para simbolizar presidência	http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/08/1799531-venezuela-hasteia-bandeira-do-mercosul-para-simbolizar-presidencia.shtml
8/11/2016	Nota 290 Comunicado Conjunto de estados-membros da OEA sobre os acontecimentos recentes na República Bolivariana da Venezuela	http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14578-comunicado-conjunto-de-estados-membros-da-oea-sobre-os-acontecimentos-recentes-na-republica-bolivariana-da-venezuela
8/13/2016	Nota 296 Estado da Implementação do Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL	http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14596-estado-da-implementacao-do-protocolo-de-adesao-da-venezuela-ao-mercosul
14/08/2016	'Venezuela não irá assumir a presidência do Mercosul', garante Serra Declaração do chanceler José Serra garantindo que "A Venezuela, o presidente Nicolas Maduro, não vai presidir o Mercosul". Serra também comentou sobre a proposta de rebaixamento da Venezuela usando como justificativa a não adesão de alguns tratados do bloco.	http://internacional.estadao.com.br/noticias/america-latina,venezuela-nao-ira-assumir-a-presidencia-do-mercosul-garante-serra,10000069415



8/15/2016	Uruguai se opõe a Brasil, Paraguai e Argentina e descarta 'Presidência coletiva' do Mercosul	http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/44961/uruguai+se+opoe+a+brasil+paraguai+e+argentina+e+descarta+presidencia+coletiva+do+mercousul.shtml
8/15/2016	Venezuela rechaza acusaciones sobre incumplimiento en el Protocolo de Adhesión del Mercosur	http://www.mre.gov.ve/index.php?option=com_content&view=article&i



INDIA

Date	Details	Source
5/21/2015	Keep a Strong FENSA: Safeguard WHO's Independence From Private Interests	
	During the open-ended process, India supported including language in paragraph 44 that named specific industries WHO should exercise caution in engaging with such as the food, beverage, alcohol, and infant formula industries. India further proposed, "WHO's engagement will be strictly limited to assisting such industries to comply with WHO's norms and standards or guideline or policy."	http://www.huffingtonpost.com/kavitha-kolappa-md-mph/fensa_b_7381712.html
5/27/2016	With small team, India struggles to set the agenda at WHO meet	http://www.livemint.com/Politics/TPNKLxKE61Kz-GxwKU6oKIK/With-small-team-India-struggles-to-set-the-agenda-at-WHO-me.html
	Despite carrying the highest disease burden in the world, the Narendra Modi government chose to send a small delegation to the World Health Assembly (WHA) that began on Monday, giving the country little say in the way the global health agenda is being set and inadequately reflecting its priorities.	
5/30/2016	WHA Gets First UN Framework Managing Non-State Actors; Countries Satisfied, Actors Concerned	
	The first agreement on how to manage relationships between a United Nations organisation and non-governmental actors, such as industry, philanthropic organisations and public interest groups, was adopted on 28 May by the World Health Assembly. India said FENSA is not about encouraging or discouraging engagement with different non-state actors but about creating a robust framework insuring transparency, accountability, and consistency on how WHO engages with different non-state actors and how effectively conflict of interest is managed.	http://www.ip-watch.org/2016/05/30/wha-gets-first-un-framework-managing-non-state-actors-countries-satisfied-actors-concerned/



9/9/2016	<p>India to host International health fair and BRICS wellness workshop</p> <p>Wellness and health sectors are being promoted and looked into by the Indian government, through the promotion of general well being measures by a systematic promotion of yoga as a form of exercise as well as lifestyle. The efforts of the AYUSH Ministry, created in 2014, are also aiming at modifying lifestyles and patterns of food consumption as a measure to improve health and well being. India recently inked an agreement with World Health Organisation (WHO) to promote the conventional Indian healing treatments including Yoga, Ayurveda, Unani and Panchkarma globally. Recently, the AYUSH ministry had organised an awareness promoting workshop on breast cancer and organised a seminar on conservation and sustainable utilisation of Trans Himalayan Medicinal Plants.</p>	
		http://mediaindia.eu/news-india-you/india-to-host-international-health-fair-and-brics-wellness-workshop/
9/10/2016	<p>Minister moots global organisation for traditional medicine</p> <p>To ensure access of traditional medicine across the globe, the Union Ministry of AYUSH should work towards getting World Organisation for Traditional Medicine (WOTM) set up under the umbrella of the World Health Organization (WHO), said Union Minister for Chemicals and Fertilizers Ananth Kumar here on Saturday.</p>	http://www.thehindu.com/news/cities/bangalore/minister-moots-global-organisation-for-traditional-medicine/article9094736.ece
9/10/2016	<p>Antibiotic resistance is a real threat. India needs to wake up to it now</p> <p>On 21 September, the United Nations General Assembly will convene a one-day high-level meeting at the UN Headquarters in New York on Antimicrobial Resistance (AMR), with the participation of member states, NGOs, civil society, the private sector and academic institutions, in order to provide input. The objective of the meeting is to summon and maintain strong national, regional and international political commitment in addressing the issue of AMR, which causes critical antibiotics to fail. The main agenda is to increase awareness about AMR.</p>	http://www.catchnews.com/health-news/antibiotic-resistance-is-a-real-threat-india-needs-to-wake-up-to-it-now-1473504509.html/3
9/11/2016	<p>India to submit action plan to UN for checking rise of bugs resistant to antibiotics</p> <p>At the UNGA, India, already in the spotlight for misuse of antibiotics, will have to submit and have in place national action plans to combat AMR as outlined in the resolution adopted at the 68th World Health Assembly, held in 2015 (WHA 68.7), which should be accompanied by surveillance data on causes, prevalence and impacts of antibiotic. India formulated its own national policy on tackling drug resistance in 2011. However, according to the public health professionals at the MSF meeting on AMR in Delhi, the implementation leaves a lot to be desired.</p>	http://www.dnaindia.com/india/report-india-to-submit-action-plan-to-un-for-checking-rise-of-bugs-resistant-to-antibiotics-2254038



9/14/2016	<p>India to lead global coalition to fight epidemics</p> <p>India is all set to lead the global fight against epidemics as it is a key member of the newly formed Coalition for Epidemic Preparedness Innovations (CEPI) with its headquarters at the Norwegian Institute for Public Health, in Oslo. The coalition will not focus on diseases that already have sufficient attention, but will be guided by WHO's R&D blueprint (2016), which lists eleven illnesses to focus on, including Chikungunya, Middle East Respiratory Syndrome (MERS), Crimean-Congo Haemorrhagic fever. Dr K Vijay Raghavan, secretary, Department of Biotechnology, India, has been chosen as the chairperson of the interim board</p>	
		http://www.thehindu.com/sci-tech/science/k-vijay-raghavan-interview/article9094513.ece



CHINA

Year	Details	Source
2009	China explicitly expressed sovereignty over South China Sea as a core national interest	ZHOU (2015)
2010	The countries from Association of Southeast Asian Nations (ASEAN) started to advocate in favor of internationalization of the disputes	ZANELLA (2016). Available at: < http://www.mundorama.net/2016/07/31/uma-nova-carta-no-grande-jogo-pelo-controle-do-mar-dos-sul-da-china-a-decisao-arbitral-do-caso-filipinas-v-china-por-cristine-koehler-zanella/ > Access: September 15, 2016.
2013	Philippines initiated an Arbitral Process against China in the case of South China Sea	ZANELLA (2016). Available at: < http://www.mundorama.net/2016/07/31/uma-nova-carta-no-grande-jogo-pelo-controle-do-mar-dos-sul-da-china-a-decisao-arbitral-do-caso-filipinas-v-china-por-cristine-koehler-zanella/ > Access: September 15, 2016.
2015	The Hague Court issued a decision that the jurisdiction of the Tribunal could not be prevent, even though China do not participate in the arbitral procedure	ZANELLA (2016). Available at: < http://www.mundorama.net/2016/07/31/uma-nova-carta-no-grande-jogo-pelo-controle-do-mar-dos-sul-da-china-a-decisao-arbitral-do-caso-filipinas-v-china-por-cristine-koehler-zanella/ > Access: September 15, 2016.
2016	Hague Court's Decision against China in the dispute with Philippines in South China Sea	HUNT (2016)



SUDAFRICA

Date	Content	Available at:
	Sudão do Sul e sucessão de Dlamini-Zuma dominam agenda da UA	http://pt.rfi.fr/afrika/20160717-sudao-do-sul-e-sucessao-de-dlamini-zuma-dominam-agenda-da-ua
July 17th, 2016	Na 27ª Cimeira de chefes de Estado da União Africana em Kigali (Rwanda), os líderes do continente debatem a sucessão da presidente da Comissão e ainda a delicada situação sul sudanesa.	
Nov 12, 2015	<p>African Union Summit: Who Will Succeed Dlamini-Zuma?</p> <p>Also of interest at this year's meeting is the fact that current AU commission chairperson Nkosazana Dlamini-Zuma of South Africa has decided not to seek a second term. AU Commission Chair should represent a democratic government. But Nigeria-born Chika Onyeani, publisher and editor-in-chief of the African Sun Times newspaper says there should be a democracy litmus test for the countries whose candidates are running to succeed Dlamini-Zuma. He said totalitarian leaders should not be rewarded with the position of chairperson of the African Union.</p>	http://www.voanews.com/content/afri
July 17th, 2016	<p>AU halts Dlamini-Zuma's ANC presidency ambitions</p> <p>AU Commission chairwoman Nkosazana Dlamini-Zuma's return to South Africa may be delayed by another six months if the AU accedes to a request to postpone the election of her successor as chair of the organisation. AU insiders say concerns have been raised about the credibility of candidates proposed by the various regional bodies since Dlamini-Zuma announced that she would not stand for a second term as chair. Sources say ECOWAS had lobbied other regions to keep Dlamini-Zuma in Addis Ababa, including the Southern African Development Community. "Those pushing for the postponement are arguing a properly suitable candidate must be found and rules must be amended to allow more nominations," said a government source. Those who want a postponement believe none of the current candidates would get the necessary two-thirds majority.</p>	http://www.timeslive.co.za/sundaytimes/st

July 17th, 2016	<p>AU Summit: three options for Dlamini-Zuma's succession</p> <p>On July 17th (2016) the 27th summit of African Union occurred in Rwanda. Among the discussed topics there was the succession of the Organization's Commission President in charge, Dlamini Zuma (of South Africa). It was planned an election on Monday 18th of July. The three candidates at the presidency of commission are: Agapito Mba Mokuy (Foreign Affairs Minister of Equatorial Guinea), Pelonomi Venson-Moitoi (Foreign Affairs minister of Botswana) and Specioza Wandira-Kazibwe (former president of Uganda). The representatives of African countries at the summit have required a possible revision of the election, in its candidates and counting measures (2/3 of the votes of the present delegations). If nothing is going to change the three possible options for the organizations are:</p> <ul style="list-style-type: none"> - The election of one of the three candidates if one of them obtains the minimum of votes. - None of the candidates achieving the required majority and therefore the overture of a possibility for Tanzania to insert in the list and support its former president, Jakaya Kikwete. - To stop the election, re-open the lists and call for new elections in six months, in order to reflect over the occurrences and valuate the new candidates (offering an opportunity for the Western countries of Africa which support Abdoulaye Bathily- Senegal). 	http://www.rfi.fr/afric
July 19, 2016	<p>Dlamini-Zuma not returning to SA until April</p> <p>AU Commission chairperson Nkosazana Dlamini-Zuma will only head back to SA in April next year, after elections for her successor were inconclusive. At least three sources with knowledge of the elections at the AU summit that took place on Monday morning, as well as the subsequent decisions, said she would have to stay put, even though she is said to be keen to return to SA. A fresh round of elections will be held at the AU summit in Addis Ababa, Ethiopia, in January, and she is set to stay on until then. After that, she has to stay an additional three months for a handover.</p> <p>There were questions about Kazibwe's nomination, as she has previously been convicted of abusing state funds. Some also questioned the suitability of Mokuy, because Equatorial Guinea is a repressive state, while there were also questions about Venson-Moitoi, given the fact that Botswana's President Ian Khama hardly ever comes to AU summits and holds views that are contrary to positions of many AU member states – such as his opposition to a withdrawal from the International Criminal Court. Senegalese politician and diplomat Abdoulaye Bathily, a former Senegalese minister, is eyeing the position when a fresh round of elections is held in January. Nigeria is, however, also believed to be pushing for its candidate.</p>	http://www.destinyconnect

July 22, 2016	Nkosazana Dlamini-Zuma: l'incompétence qui pénalise l'Afrique	http://www.mapexpress.ma/actualite/opinions-et-debats/nkosazana-dlamini-zuma-lincompetence-qui-penalise-lafrigue/
	For the author of the analysis, Dlamini-Zuma has shown during her mandate both "incompetence" and a "lack of leadership" that have cost Africa precious opportunities to take off and especially to speak with one voice. To settle in the chair of president of the African body, the former diplomat-in-Chief South African had alienated much of the African continent, spending most of her time in her country, South Africa, instead of actually dealing with the AU Commission. The author accuses the South African head of being behind the failure of African countries to elect a new president of the commission during the 27th AU summit, which has just been held in the Rwandan capital, Kigali. "Dlamini-Zuma has badly mismanaged his departure from the AU," the newspaper said, noting that Jacob Zuma's ex-wife continued to cultivate the mystery surrounding his departure from the Pan-African unity, fomenting rumors since January 2016 to officially announce his departure in April, about two months before the summit in Kigali.	
	In terms of AU relations with the outside world, the outcome of the South African leader is also negative. Rather than devote to strengthen African initiatives in many important issues including financing for development and the search for effective and sustainable means to finance the AU to enable it to fully play its role, Dlamini-Zuma would rather swim in the anti-Western rhetoric, disparaging mainland partners. In South Africa, Dlamini-Zuma is tipped for the post of leader of the African National Congress (ANC), when the mandate of her former husband, Jacob Zuma, is due to expire (in 2017). To reach the SA presidency, Dlamini-Zuma will have to battle with a heavy-weight political-South African financial world, in this case the deputy chairman Cyril Ramaphosa. In addition to this formidable opponent, Dlamini-Zuma is penalized by the poor record of her ex-husband, under whose country continues to sink into a chaotic economic situation with a moribund growth. With the scandals in which Zuma became stuck, it would be difficult to see the South Africans entrust their destiny to another member of the Zuma clan, increasingly contested.	
July 19, 2016	South Africa: Dlamini Zuma remains AU Commission Chair	http://allafrica.com/sto-
	Dlamini Zuma will continue to lead the AUC until the next AU summit to be held in January 2017. Elections to elect her successor failed to produce a result when the 27th ordinary session of the AU Heads of State summit ended on Monday, in Rwanda. This as none of the three candidates managed to win two-thirds of the votes from the 54 African Heads of State and Government to be elected. The list has now been opened for more hopeful candidates to join.	
	At the summit, leaders of the 54 African states also agreed on a new funding scheme that would eventually reduce the AU's reliance on donors outside of the region.	



July 23, 2016	<p>Dlamini Zuma's term can't end soon enough</p> <p>The departing chairwoman of the AU commission has failed Africa. Her successor must be someone who understands, cares about, and has a vision for the continent and its people. In April, Dr Nkosazana Dlamini Zuma announced she had decided to return to South Africa rather than run for a second term. For close observers this didn't come as a surprise as she appeared to spend less time on the institution than she did navigating the entrails of South Africa's politics. Before her announcement, the Mail & Guardian reported she was "likely to return to South Africa to run for a top ANC leadership position, possibly for president to succeed her ex-husband, President Jacob Zuma". It then became evident that, for her, Addis Ababa was a place to prepare for SA's highest political prize. She only carried about her ambitions back home, but not about the African continent.</p>	http://www.iol.co.za/news/dlamini-zumas-term-cant-end-soon-enough-2048731
	<p>On June 9, Le Monde Afrique ran an article asking How Did Mrs Zuma Mess Up (the AU)? It asserted that her tenure was characterised by a lack of vision and silence that "accelerated the decline of the AU". When she began her tenure, the AU confronted significant peace, security and governance challenges in Africa, institutional reform and social affairs. During her tenure, Africa confronted Ebola in West Africa; Yellow Fever in parts of southern Africa; climate change and food security challenges around the Sahel and Horn of Africa, plus an international migration crisis and extremist groups' violence (al-Shabaab; Boko Haram and al-Qaeda).</p>	

